

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.383 - MG (2019/0045668-9)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**RECORRENTE : IGOR ANTONIO MARCAL FERREIRA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* de **Igor Antonio Marcal Ferreira**, impugnando acórdão proferido pela Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.18.125935-9/000, que denegou o *writ* de origem, mantendo-o segregado cautelarmente em razão da suposta prática das condutas descritas no art. 157, *caput*, do Código Penal e no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O acórdão do Tribunal *a quo* foi assim ementado (fl. 59):

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. ROUBO E TRÁFICO DE DROGAS. GRAVIDADE EM CONCRETO DOS DELITOS. LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 312 DO CPP. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA. MANUTENÇÃO DO AGENTE NO CÁRCERE. ORDEM DENEGADA.

- Estando devidamente fundamentada a decisão que determinou a prisão preventiva e demonstrada a necessidade de garantia da ordem pública, pela gravidade em concreto dos delitos de tráfico de drogas e roubo, este praticado com emprego de arma branca (faca), a segregação cautelar se impõe.

- Ordem denegada.

O recorrente alega, nas suas razões recursais, em síntese, que a prisão preventiva foi decretada sem fundamentação idônea.

Sustenta que a gravidade abstrata ou hediondez do delito, por si sós, não possuem nenhuma relação com a prisão cautelar, devendo a periculosidade do agente ser atestada por perícia adequada.

Menciona que a possibilidade de fixação de regime diverso e de substituição da pena por medidas restritivas de direitos é notória e reforça a desproporcionalidade em se manter presa uma pessoa que, provavelmente, será

mantida em regime menos gravoso.

Entende ser o caso de incidência das Súmulas n. 440 e 444/STJ, 718 e 719/STF.

Salienta estarem presentes a plausibilidade jurídica da concessão da liminar, devidamente demonstrada, e o *periculum in mora*.

Requer, assim, liminarmente, a concessão da ordem, para permitir que o recorrente aguarde solto o julgamento do presente recurso, com expedição de salvo conduto (fl. 76).

É o relatório.

Neste momento, não me deparo com o *fumus boni iuris* necessário para a concessão da medida de urgência requerida.

Inicialmente, destaco o seguinte trecho da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva (fl. 11 - grifo nosso):

[...] Verifica-se que o Auto de Prisão em Flagrante configura, por ora, prova da materialidade e indício suficiente de autoria, sugerindo, a princípio, o cometimento do crime tipificado no artigo 33 da Lei 11.343/06 cumulado com o artigo 157 *caput* do Decreto-Lei 2.848/40 com cuja pena máxima ultrapassa quatro ano.

A materialidade e indícios de autoria encontram-se demonstrados pela prisão do autuado em situação de flagrância, que **assumiu a propriedade da substancia acima relatada, ainda que alegando que era para consumo próprio, bem como confessou a prática do crime de roubo, alegando que pegou o celular da vítima para pagar dívida de drogas da mesma, e pelos depoimentos colhidos por ocasião da lavratura do APF.**

Dessa forma, as circunstâncias autorizam concluir, a princípio, que o autuado praticou as condutas tipificadas como crime.

Diante de tal quadro, **vislumbra-se no presente a necessidade da segregação provisória como meio de soffrear outras práticas delituosas, resguardando assim a tranquilidade pública e, principalmente, assegurar a credibilidade da Justiça.**

[...]

Outrossim, o *writ* foi denegado na origem, mediante os seguintes fundamentos (fls. 60/62 – grifo nosso):

[...] Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante na data de 13/10/2018, pela prática, em tese, dos crimes previstos no art. 157, *caput*, do Código Penal e no art. 33 da Lei de Tóxicos, uma vez que teria, mediante o emprego de uma faca, subtraído o telefone celular da vítima L.

S. F., tendo o paciente informado que a vítima lhe devia a quantia de R\$ 50,00 por compra de drogas anteriormente, e, como a vítima somente lhe entregou a quantia de R\$ 5,00 e ainda pediu mais uma porção de maconha, buscou uma faca e roubou o celular de Lucas. Em busca na residência do paciente, foram encontrados o telefone subtraído da vítima e uma porção de maconha pesando 1,40g.

Assim, a meu ver, existem indícios suficientes de autoria.

E, a meu ver, **a decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva (f. 11/13) encontra-se devidamente fundamentada, inexistindo qualquer irregularidade na manutenção da custódia cautelar do paciente.**

Por outro lado, as circunstâncias que cercam os supostos delitos denotam uma tendência atual da sociedade, qual seja, o avanço do crime, situação que atemoriza a coletividade atualmente. Várias pessoas têm se dedicado, como no caso dos autos, a vários delitos, deixando a sociedade refém da criminalidade. Tal conduta deve ser severamente reprimida em nosso meio.

Portanto, não acredito estar havendo nos presentes autos nenhuma ilegalidade na prisão, **eis que se encontra devidamente sustentada tanto nas circunstâncias do crime quanto nos motivos da prisão preventiva.** A não colocação do paciente em liberdade deriva de uma série de fatores, que são preponderantes para a manutenção do cárcere.

Considerando a justificação do artigo 312 do CPP e o alto poder ofensivo dos crimes, não podemos ignorar que a sociedade anseia por paz, justiça e pacificação, mantendo, portanto, o decreto de prisão.

Assim, mostra-se necessária a manutenção da prisão cautelar, como forma de resguardar a ordem pública, **considerando a gravidade em concreto dos delitos de tráfico de drogas e roubo, este que teria sido praticado com emprego de arma branca (faca).**

Percebe-se, então, que a prisão preventiva funciona com a finalidade de prevenção e, não, de punição, que é característica apenas da prisão definitiva.

Ressalte-se, ainda, que ante a demonstração concreta dos motivos que ensejam a custódia preventiva do paciente, não há que se falar em aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Sendo assim, verifica-se que a decisão de indeferimento se encontra devidamente fundamentada, mostrando-se necessária a prisão cautelar do paciente, com fulcro na garantia da ordem pública.

[...]

Como se vê, a prisão preventiva está adequadamente motivada, com base em elementos concretos extraídos dos autos e justificada para a garantia da ordem pública, notadamente diante do *modus operandi* empregado na prática delituosa – subtração de bem com o emprego de arma branca em um

contexto de possível comércio de drogas –, o que, neste juízo liminar, constitui base empírica idônea para determinar a manutenção da custódia.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que *não há constrangimento ilegal quando a segregação provisória é decretada em razão do modus operandi com que o delito fora praticado* (RHC n. 96.834/MS, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 20/6/2018).

Não verifico, assim, caracterizado de plano o *fumus boni iuris*, considerando a gravidade concreta da conduta delituosa.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator